



Cartório Notarial
RUI.FERREIRA

CERTIFICO que a presente fotocópia composta por **vinte e oito** laudas, extraída da escritura lavrada de folhas **cento e vinte e seis** a folhas **cento e vinte e seis verso**, bem como do documento complementar, do livro de notas para escrituras diversas **noventa e três** - **A** deste Cartório, está conforme o original.

Alcobaça, vinte e três de Dezembro de dois mil e dezasseis

A Colaboradora autorizada

(Vânia Sofia Lisboa Santos, N.º 273/4 – 17/12/2015)

Conta:
Registo nº
Emitido Recibo

3833

Rui Ferreira	
NOTÁRIO	
Livro	93A
Fls.	126

↑

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÃO

--- No dia vinte e três de Dezembro de dois mil e dezasseis, no Cartório Notarial de Alcobaça sito na Avenida dos Combatentes, número trinta e um, perante mim, Rui Sérgio Heleno Ferreira, respetivo Notário, compareceram como outorgantes: -----

--- Carlos José da Silva Pereira Malhó, solteiro, maior, natural da freguesia de Évora de Alcobaça, concelho de Alcobaça, onde reside na Quinta do Outão; -----

--- Arménio de Sousa Antunes, casado, natural da freguesia de Bárrio, concelho de Alcobaça, onde reside na Rua Lombo do Bárrio, Travessa do Casal, n.º 4, Pinhal Fanheiro; -----

--- Que outorgam na qualidade de **Presidente e vice presidente** da Direção da: -----

--- **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA CELA**, com sede em Bombagem, freguesia de Famalicão, concelho de Nazaré, pessoa coletiva número 501 181 024; qualidade e poderes que verifiquei por ata número cento e trinta e sete da Assembleia Geral de vinte e dois de Novembro de dois mil e dezasseis, de que arquivo pública forma. ---

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos cartões de cidadão respetivamente números 11352795 0 ZY7 válido até 21/07/2021 e 07016002 3 ZZ5 válido até 30/03/2021. -----

--- **Pelos outorgantes foi dito:** -----

--- Que em cumprimento da deliberação constante da ata acima mencionada, alteram os estatutos da sua representada, que passam a ter redacção constante do documento complementar que fica a fazer

parte da presente escritura, que todos declaram ter perfeito conhecimento, pelo que se dispensa a sua leitura.-----

--- Assim outorgaram.-----

--- **Arquivo:** Pública forma da referida ata;-----

--- Os Novos Estatutos;-----

--- Certificado de admissibilidade n.º 2016074600, com o código 0277-3043-1883;-----

--- Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo aos outorgantes.-----

Contra João De Sá e Maria Moura

Armenio de Sousa Antunes

O Notário

[Assinatura]

Conta n.º 3832

[Assinatura]

21

DOC. N.º 216 FLS. 389
LIVRO 935 FLS. 126
EM 23/12/16

Carbunheiro
31

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA CELA

ESTATUTOS

DOC. N.º 216 FLS. 390
LIVRO 93A FLS. 126
EM 23/12/16

2016/12/16



ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA CELA

2016
56

CAPÍTULO I

Constituição e fins

Artigo 1.º

A Associação de Regantes e Beneficiários da Cela constituída em vinte e quatro de outubro de mil novecentos e quarenta, denominada Associação de Beneficiários da Cela, por alteração dos estatutos em escritura pública de três de dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco, passa a reger-se pelos presentes estatutos:

Artigo 2.º

1 – Poderão ser sócios da Associação os empresários agrícolas e os proprietários ou possuidores legítimos de prédios rústicos situados na zona beneficiada, os utilizadores industriais diretos da respetiva obra e as autarquias locais consumidoras de água pela mesma fornecida.

2 – Não é obrigatória a inscrição como sócio na Associação, de quem a tal não se haja comprometido, mas as entidades e proprietários não associados ficam sujeitas ao pagamento dos encargos resultantes da exploração e conservação da obra e às obrigações constantes destes estatutos.

3 – São considerados utentes a título precário os agricultores e as entidades que, a qualquer título, utilizem fora da obra águas regularizadas no perímetro, quando as circunstâncias o permitirem.

Artigo 3.º

A Associação é uma pessoa coletiva de direito público, sujeita a reconhecimento formal do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e a sua duração é por tempo ilimitado.

Artigo 4.º

A Associação tem por objeto a gestão e conservação do Aproveitamento Hidroagrícola da Cela, formação profissional e prestação de serviços.

Artigo 5.º

A sede da Associação é em Bombagem, na freguesia de Famalicão e concelho da Nazaré.

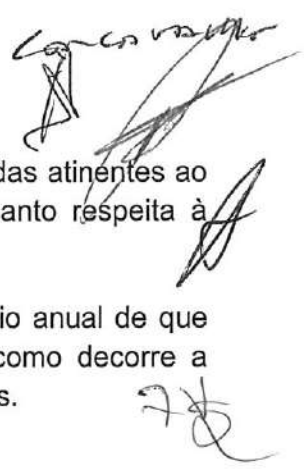
Carla da Silva



Artigo 6.º

Compete à Associação:

- 1 – Pronunciar-se sobre o projeto do regulamento definitivo da obra elaborado pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e propor as modificações que entender convenientes.
- 2 – Assegurar a exploração e conservação do aproveitamento hidroagrícola ou das partes desta que lhe foram entregues.
- 3 – Elaborar os horários de rega e assegurar o seu cumprimento de harmonia com os princípios estabelecidos no regulamento da obra e com as disponibilidades de água.
- 4 – Realizar trabalhos complementares destinados a aumentar a utilidade da obra de acordo com os projetos aprovados pela entidade competente.
- 5 – Promover a criação e a participação em unidades industriais e cooperativas nos termos da legislação em vigor, sempre que tal se mostre de interesse e seja viável.
- 6 – Elaborar em cada ano o orçamento de receitas e despesas para o ano seguinte e submete-lo, com a ata da sessão a que se refere o artigo 10.º, à aprovação da DGADR, até à data que ficar fixada no respetivo regulamento, enviando simultaneamente cópia à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT).
- 7 – Elaborar os mapas de liquidação anual das taxas de conservação e de exploração para atividades agrícolas e de conservação e exploração para atividades não agrícolas e da taxa de beneficiação de harmonia com o disposto no regulamento da obra, promover a sua fixação e decidir sobre as reclamações que, relativamente a elas, sejam apresentadas pelos utentes, remetendo à DGADR os recursos que dessas decisões sejam interpostos.
- 8 – Fazer diretamente a cobrança das mencionadas taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas e arrecadar as demais receitas que lhe caibam.
- 9 – Administrar as receitas e os bens próprios ou entregues à sua administração.
- 10 – Remeter aos Serviços de Finanças dos concelhos respetivos, para efeito de cobrança, os mapas de liquidação da taxa de beneficiação e os recibos pertinentes.
- 11 – Manter atualizados os elementos cadastrais que lhe forem fornecidos em relação aos prédios rústicos situados na zona beneficiada.
- 12 – Efetuar os registos de ocupação cultural anual das terras beneficiadas.
- 13 – Promover as ações de melhoramento do perímetro que conduzam a uma utilização racional de terra e da água e fomentar o uso das tecnologias de manejo da água e do solo mais apropriadas.
- 14 – Assegurar a defesa e policiamento das obras em colaboração com os serviços oficiais competentes.
- 15 – Pronunciar-se sobre reclamações dos beneficiários relativas a matérias das suas atribuições e deliberar sobre transgressões aos estatutos e ao regulamento da obra.



16 – Colaborar com todos os serviços do Estado no estudo e execução das medidas atinentes ao desenvolvimento técnico, económico e social da zona beneficiada em tudo quanto respeita à realização das obras, desde a fase de conceção das mesmas.

17 – Apresentar, para aprovação, à DGADR, com cópia à DRAPLVT, um relatório anual de que constem os elementos necessários para um perfeito conhecimento da forma como decorre a exploração e conservação da obra, bem como das demais atividades desenvolvidas.

Artigo 7.º

A Associação poderá fomentar a criação e participação em cooperativas e unidades industriais que tenham por objetivo a prestação de serviços ou a aquisição de sementes, adubos e fertilizantes, pesticidas, máquinas e o aproveitamento, comercialização, transformação ou conservação de produtos agrícolas da obra por ela administrada, promover ações de formação profissional ou outras ações de valorização e desenvolvimento a todos aqueles que se relacionam com o aproveitamento hidroagrícola, bem como fomentar o desenvolvimento agrícola, prestando apoio técnico, no âmbito das medidas de apoio aos setores agrícolas existentes, nos termos da legislação geral.

CAPÍTULO II

Órgãos da Associação

SECÇÃO I

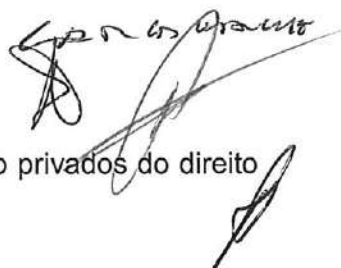
Assembleia Geral

Artigo 8.º

- 1 – Constituem a Assembleia Geral todos os sócios na plenitude dos seus direitos.
- 2 – Os sócios podem participar na Assembleia Geral, através dos seus representantes legais.
- 3 – Nenhum sócio pode ser representante de mais do que dois sócios.
- 4 – Nas reuniões da Assembleia Geral podem ainda participar, sem direito a voto, beneficiários não sócios, e utentes a título precário.
- 5 – Não podem assistir às reuniões da Assembleia Geral os sócios ou utentes que forem privados desse direito nos termos dos estatutos.

Artigo 9.º

- 1 – A Assembleia Geral terá um presidente, um vice-presidente e dois secretários, por ela eleitos trienalmente, sendo permitida a reeleição.

Caro Sr. Presidente


2 – Não podem ser eleitos para os referidos cargos os sócios que tenham sido privados do direito de assistir às reuniões da Assembleia Geral.

3 – O exercício das funções é gratuito.

8 1/2

Artigo 10.º

1 – A Assembleia Geral terá duas sessões ordinárias em cada ano, uma em novembro, para discussão e aprovação do orçamento de receitas e despesas e apresentação do plano de atividades do ano seguinte e para o exercício das funções previstas no número 6, do artigo 13.º destes estatutos e outra até ao termo do primeiro trimestre de cada ano, para apreciação e aprovação do relatório e contas de gerência do ano anterior.

2 – Além das sessões ordinárias haverá as extraordinárias que forem julgadas necessárias.

3 – As sessões serão convocadas pelo Presidente, de sua iniciativa, a pedido da Direção, do Júri Avindor ou de um terço, pelo menos, dos associados.

4 – As convocações serão feitas por aviso, do qual deve constar expressa e claramente a ordem de trabalhos, expedido com antecedência de dez dias, pelo menos, em relação às sessões ordinárias e de cinco dias para as sessões extraordinárias, ou publicado nos órgãos da imprensa regional com a mesma antecedência.

5 – As sessões da Assembleia Geral podem continuar em qualquer dos dias imediatos com a mesma ordem dos trabalhos.

6 – No impedimento ou ausência do Presidente e do Vice-presidente da Assembleia Geral será a sessão aberta pelo presidente da Direção ou por quem as suas vezes fizer, procedendo-se desde logo à escolha de entre os associados presentes de um Presidente da Assembleia Geral.

7 – No impedimento ou ausência dos secretários, desempenharão as respetivas funções os associados nomeados, de entre os presentes, pelo Presidente.

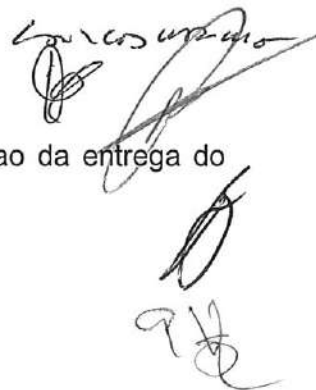
Artigo 11.º

Os documentos relativos às questões a submeter à apreciação da Assembleia Geral estarão à disposição dos interessados na sede da Associação, em todos os dias úteis, desde a data em que tiver sido convocada e durante as horas de expediente.

Artigo 12.º

1 – Os pedidos para convocação das Assembleias Gerais extraordinárias deverão ser apresentados por escrito, em duplicado, e serem dirigidos ao Presidente da Assembleia Geral, sendo este ou qualquer funcionário da Associação que os receber obrigado a passar recibo da entrega no duplicado, que devolverá imediatamente ao apresentante.

2 – Dos pedidos de convocação da Assembleia Geral constará sempre indicação precisa dos assuntos que nela deverão ser tratados.



3 – O Presidente da Assembleia Geral deverá dentro dos oito dias seguintes ao da entrega do pedido proceder à convocação da mesma.

Artigo 13.º

Compete à Assembleia Geral:

- 1 – Dar parecer sobre os projetos dos regulamentos definitivos elaborados pela DGADR, nos termos do número um do artigo 6.º dos presentes estatutos.
- 2 – Pronunciar-se sobre quaisquer consultas que lhe sejam feitas pela Direção.
- 3 – Discutir e votar o plano de atividades e o orçamento anual do ano seguinte e o relatório de contas.
- 4 – Indicar a necessidade de criar, extinguir e remodelar serviços e pronunciar-se sobre a regularidade e eficácia dos existentes.
- 5 – Deliberar sobre questões de interesse coletivo dos beneficiários, sob a forma de votos ou resoluções.
- 6 – Eleger a mesa da Assembleia Geral, a Direção e o vogal do Júri Avindor.

Artigo 14.º

- 1 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos sócios presentes ou representados, sem prejuízo do disposto no número 15 deste artigo, cabendo ao Presidente voto de qualidade.
- 2 – As votações serão feitas por levantados e sentados quando a maioria da assembleia não resolver que se proceda por qualquer outra forma.
- 3 – As eleições para os cargos da Associação serão feitas por escrutínio secreto e pela mesma forma se procederá sempre que se trate de deliberações que envolvam a apreciação de pessoas ou de atos que lhes respeitem e sobre os quais a assembleia tenha que pronunciar-se.
- 4 – As candidaturas aos órgãos da Associação serão entregues na sede da Associação até 5 dias antes da data da Assembleia Geral convocada para a realização de eleições.
- 5 – As candidaturas serão apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, contendo os nomes e o órgão a que se candidata cada sócio.
- 6 – As listas apresentarão os nomes necessários para o preenchimento dos lugares dos órgãos da Associação, podendo para a Direção e outros órgãos ser apresentado um número de suplentes igual ao dos efetivos.
- 7 – Os suplentes substituirão os elementos efetivos, nomeadamente em caso de renúncia ou incapacidade dos membros efetivos.
- 8 – Cada sócio não se pode candidatar em mais de uma lista, nem a mais de um órgão.

Correção
[Assinatura]
10

9 – Aquando da apresentação das candidaturas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral dará despacho no prazo de 2 dias, considerando-se regulares as listas que não forem rejeitadas no prazo referido.

10 – Verificada qualquer outra anomalia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral dará um prazo de 24 horas para a sua regularização, findo o qual, não havendo regularização, a lista se considera rejeitada.

11 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral rejeitará as listas onde falte qualquer candidato a algum dos órgãos.

12 – Das decisões do Presidente nos termos dos números 10 e 11 deste artigo, há recurso para a Assembleia Geral, que sobre ele decidirá no início da mesma.

13 – As listas candidatas serão afixadas na sede da Associação.

14 – Às listas candidatas serão atribuídas letras, conforme a ordem da sua apresentação e aceitação.

15 – As deliberações sobre alterações dos estatutos só serão válidas quando tomadas por dois terços, pelo menos, dos votos presentes ou representados.

Artigo 15.º

Não é permitido deliberar nas reuniões da Assembleia Geral sobre assuntos estranhos àqueles para que foi convocada, podendo, porém, antes ou depois da ordem do dia, serem tratados outros assuntos de interesse da Associação.

SECÇÃO II

Direção

Artigo 16.º

1 – A Direção será constituída por três a cinco sócios, na plenitude dos seus direitos, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

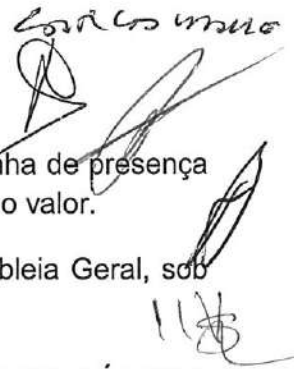
2 – A Direção poderá ser assistida por um técnico, por ela escolhido, que servirá de secretário, sem voto.

3 – As funções de secretário da Direção cessam logo que tenha sido rescindido o seu contrato.

4 – O secretário da Direção está sujeito, como contratado, à disciplina dos outros empregados e não pode tomar parte nas sessões da Direção em que se trate de assunto que lhe diga respeito.

5 – Na falta ou impedimento do secretário da Direção ou quando se trate de assunto que lhe diga respeito, nomeará o presidente um secretário “ad hoc”.

6 – A Direção poderá delegar parte dos seus poderes num diretor executivo.

Carlos Mota

11/16

- 7 – Os membros da Direção podem ter direito, por cada dia de sessão, a uma senha de presença desde que devidamente autorizado pela Assembleia Geral, que para o efeito fixará o valor.
- 8 – Existindo um diretor executivo, poderá ser-lhe fixado vencimento pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção.
- 9 – A Assembleia Geral que proceder à eleição dos membros da Direção fixará o seu número e efetuará na mesma ocasião a eleição dos substitutos em número igual ao dos efetivos.

Artigo 17.º

Compete à Direção a orientação geral da Associação, com vista ao integral aproveitamento do empreendimento hidroagrícola e, em especial:

- 1 – Representá-la em juízo e fora dele.
- 2 – Elaborar anualmente os planos de atividade, os orçamentos, relatórios e contas e apresentá-los à votação da Assembleia Geral.
- 3 – Efetuar o lançamento e cobrança das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas e de outras receitas.
- 4 – Dirigir a exploração e conservação das infraestruturas do Aproveitamento Hidroagrícola que tenham sido concessionadas à respetiva Associação, zelando pela manutenção da qualidade técnica das obras e seus equipamentos.
- 5 – Assegurar uma gestão financeira equilibrada.
- 6 – Efetuar o registo da ocupação cultural e produção anual das terras beneficiadas e de outros elementos de interesse estatístico.
- 7 – Dirigir o pessoal próprio da associação ou nela a prestar serviço.
- 8 – Dar cumprimento às instruções emanadas da DGADR ou da DRAPLVT e, de um modo geral assegurar as relações entre estes organismos e a Associação.
- 9 – Executar os votos e resoluções da Assembleia Geral, salvo se forem contrários à lei ou ao interesse geral da coletividade.
- 10 – Realizar todos os atos e contratos, de acordo com os fins da Associação e exercer todas as atribuições previstas na lei, que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Júri Avindor.
- 11 – Autorizar as despesas, praticar os atos e celebrar os contratos previstos nestes estatutos ou necessários à realização dos fins da Associação e que não sejam da competência própria da Assembleia Geral, do Júri Avindor ou dos organismos do Estado.
- 12 – Manter atualizados os elementos cadastrais que lhe forem fornecidos em relação aos prédios rústicos situados na área beneficiada.
- 13 – Elaborar e manter atualizado o registo dos sócios com assento na Assembleia Geral e o dos restantes beneficiários.

Com o implante

13/16

SECÇÃO III

Júri Avindor

Artigo 20.º

1 – Junto da Associação funcionará um Júri Avindor composto por três jurados:

- a) – um eleito pela Assembleia Geral da Associação;
- b) – um indicado pela associação ou associações de agricultores em efetividade na zona do perímetro;
- c) – outro indicado pela DRAPLVT, que servirá de presidente.

2 – O secretário da Direção exercerá as funções de escrivão do Júri Avindor, podendo também o presidente do Júri, na falta ou impedimento do secretário da Direção ou quando se trate de ato ou facto que a este respeito, nomear um escrivão "ad hoc".

3 – Nenhum membro do Júri Avindor poderá fazer parte de qualquer outro órgão da Associação.

Artigo 21.º

1 – Ao Júri Avindor, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, pelos estatutos e pelo regulamento da obra, compete:

- a) – Promover a conciliação dos desavindos, por motivo de uso das águas ou de exploração das terras, através do esclarecimento dos respetivos deveres e direitos;
- b) – Pronunciar-se sobre as reclamações dos beneficiários, relativas à matéria das atribuições da Associação e julgar transgressões ao regulamento da obra, aplicando as respetivas multas e fixando o valor das indemnizações a que houver lugar, de acordo com estes estatutos;
- c) – Conhecer as queixas ou participações contra a Direção da Associação e propor à DGADR as providências que julgar convenientes.

2 – As participações ou queixas serão feitas pelos interessados ou pela Direção e os respetivos processos isentos de selos e também das custas, com exceção das despesas a que os mesmos hajam dado causa.

3 – Da conciliação será lavrado auto, assinado pelos membros do Júri, pelas partes e pelo escrivão, do qual constará o motivo da desavença, o valor da indemnização e as restantes cláusulas do acordo.

Artigo 22.º

O auto de conciliação a que se refere o número três do artigo anterior é considerado título exequível para efeitos do pagamento das indemnizações nele fixadas.

Comunicação



Artigo 23.º

Das decisões do Júri Avindor poderá haver recurso nos termos gerais de direito, a partir da data de notificação.



Artigo 24.º

1 – O Júri Avindor reunirá a pedido de dois dos seus membros ou sempre que o seu presidente julgue necessário, para o que os convocará.

2 – O Júri Avindor só funcionará legalmente quando estiverem presentes os seus três membros.

Artigo 25.º

Ao escrivão do Júri Avindor compete:

1 – Receber as queixas ou participações por infrações aos estatutos e regulamentos, tanto na parte respeitante às obras e seus acessórios como no que respeita ao uso das águas e a quaisquer abusos prejudiciais aos interesses da Associação.

2 – Receber objetos e documentos de prova, autuá-los e juntá-los ao processo.

3 – Notificar os interessados das decisões do Júri.

4 – Cobrar e arrecadar as indemnizações, multas e custas.

5 – Registrar em livros próprios todo o movimento do cofre a seu cargo.

Artigo 26.º

O Presidente pode, antes de convocar o Júri e sempre que julgue conveniente, proceder às averiguações necessárias, de modo a que os processos só sejam submetidos à apreciação do Júri depois de convenientemente instruídos.

Artigo 27.º

1 – Logo que esteja concluída a instrução do processo será ele apreciado em sessão do Júri Avindor que o julgará ou que, no caso de dúvida, decidirá sobre as diligências complementares necessárias ao esclarecimento das dúvidas.

2 – As diligências referidas no número anterior terão de efetuar-se dentro dos quinze dias imediatos, na presença de todos os membros do Júri que, para todos os efeitos, se considera em sessão até à conclusão e redação da respetiva decisão.

Artigo 28.º

1 – As decisões proferidas pelo Júri Avindor deverão ser devidamente fundamentadas.

Consignar
[assinatura]
15

2 – Quando as averiguações e diligências derem lugar a deslocações, será a parte que decair condenada no pagamento das despesas daí resultantes.

3 – No caso de conciliação serão as despesas pagas segundo o que constar do próprio acordo de conciliação.

Artigo 29.º

1 – As multas, indemnizações e quaisquer outras importâncias cujo pagamento seja devido em virtude da decisão proferida pelo Júri Avindor serão obrigatoriamente pagas ao escrivão do Júri no prazo de trinta dias a contar da data em que a decisão tiver sido notificada, a menos que dela haja sido interposto recurso nos termos legais.

2 – As importâncias recebidas a título de indemnizações serão, pelo Júri Avindor, entregues contra recibo à pessoa ou entidade prejudicada, devendo o produto das multas ser mensalmente remetido à Direção da Associação.

Artigo 30.º

O desempenho das funções inerentes ao cargo de membro do Júri Avindor é gratuito, tendo no entanto direito a ser reembolsados quer das despesas efetuadas por motivo das investigações e diligências efetuadas, quer das remunerações perdidas durante esse período.

CAPÍTULO III

Associados – direitos e obrigações

Artigo 31.º

A inscrição das entidades singulares ou coletivas, a que se refere o número um do artigo 2.º será feita pela Direção e, a das entidades singulares ou coletivas a que se refere o número três do mesmo artigo, quando não expressamente identificadas no regulamento da obra, será efetivada mediante requerimento dos interessados apresentado à Direção.

Artigo 32.º

Os associados incapazes e os ausentes serão representados na Associação pelos respetivos tutores, curadores, administradores ou mandatários.

Artigo 33.º

Em livros próprios que se denominarão “Registo de Sócios” e “Registo de Utentes”, serão inscritas, em relação a cada beneficiário, as referências necessárias à sua identificação.

Artigo 34.º

Para cada beneficiário será ainda aberta uma ficha da qual constarão, além dos que figuram no "Registo de Sócios" e "Registo de Utentes", mais os seguintes elementos:

- a) – a qualidade em virtude da qual é inscrito como beneficiário;
- b) – relação das parcelas de terreno que explora ou possui, tanto das beneficiadas pela obra de defesa, enxugo e rega, como das que se situam fora da área dominada e que pretende regar; data da exclusão de qualquer parcela do regadio ou da inclusão de novas parcelas no referido regime; ou fins diferentes dos da rega para que pretende utilizar a água; título que disciplina a utilização e outros motivos pelos quais se justifica a sua inclusão como beneficiário por interesses relacionados com a exploração e conservação da obra;
- c) – penalidades que lhe foram aplicadas ou indemnizações que lhe foram liquidadas, com indicação das transgressões cometidas;
- d) – indemnizações que recebeu e razão dessas indemnizações;
- e) – quaisquer outras indicações que a Direção julgue úteis ou necessárias.

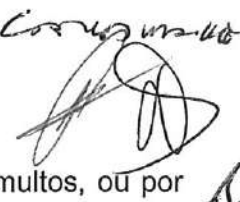


Artigo 35.º

São direitos dos sócios:

- 1 – Tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos previstos no número um, do artigo 8.º dos estatutos, discutir os assuntos a ela submetidos e votar de acordo com os preceitos estatutários, desde que não sejam empregados remunerados da Associação de Beneficiários, nem funcionários ou agentes do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.
- 2 – Reclamar dos cadastros dos prédios rústicos, do registo dos sócios, da taxa de beneficiação e das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas, indicando concretamente, os fundamentos que justificam a reclamação.
- 3 – Submeter à apreciação do Júri Avindor as questões ou desavenças suscitadas por motivo de uso de águas ou de exploração agrícola.
- 4 – Auferir das regalias materiais e das tecnologias que a Associação ponha à disposição dos associados.
- 5 – Formular perante o Júri Avindor as reclamações que tiverem contra os órgãos diretivos da Associação de Beneficiários.
- 6 – Votar e ser eleitos para os cargos a prover por eleição na Assembleia Geral, Direção e Júri Avindor.

Artigo 36.º

- 1 – Perdem, por um a cinco anos, os direitos a que se referem os números um a seis, do artigo anterior, os associados que:
 - a) – injuriem ou difamem a mesa da Assembleia Geral, a Direção, o Júri Avindor ou qualquer dos seus membros;

Correção


17 

b) – prejudiquem a boa ordem dos trabalhos da Assembleia Geral, provoquem tumultos, ou por qualquer outra forma tentem perturbar a vida da Associação.

2 – A penalidade será aplicada pelo presidente da Assembleia Geral, de sua iniciativa ou sob proposta da Direção.

Artigo 37.º

1 – São direitos dos utentes:

- a) – Utilizar a água nos termos constantes do regulamento da obra ou da autorização ou contrato respetivos;
- b) – Beneficiar das vantagens e regalias concedidas pela Associação;
- c) – Assistir às reuniões da Assembleia Geral nos termos previstos no número 1 do artigo 8.º destes estatutos.

Artigo 38.º

São deveres dos sócios:

1 – Receber e aproveitar nas culturas a água atribuída aos prédios que cultivem, sendo empresas agrícolas, em conformidade com os planos de exploração, dotações e horários de rega e decisões da Direção ou atuar de acordo com os fins que justificam a sua qualidade de sócios, sendo utilizadores industriais ou autarquias locais.

2 – Respeitar as obras do aproveitamento hidroagrícola, zelar pela sua conservação e executar os trabalhos de reparação da parte delas diretamente ligadas às suas utilizações, quando disso forem incumbidos por lei ou pela Associação ou quando as circunstâncias o imponham.

3 – Cumprir rigorosamente a lei, os estatutos e os regulamentos especiais que forem aprovados pelos serviços oficiais competentes, designadamente contribuindo para as despesas da Associação, através do pagamento pontual da taxa de beneficiação e das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas e participando à Direção todas as infrações de que tiverem conhecimento.

4 – Comparecer às sessões da Assembleia Geral.

5 – Desempenhar os cargos para que foram eleitos, salvo impedimento ou dispensa devidamente justificada.



CAPÍTULO IV

Obras e uso das águas

SECÇÃO I

Obras

Artigo 39.º

Nenhum beneficiário poderá, sem prévia autorização, executar trabalhos que interfiram ou possam interferir com a funcionalidade e infraestruturas da obra dentro da zona beneficiada.

Artigo 40.º

As reparações de prejuízos causados nas obras ou nos terrenos beneficiados, por dolo ou negligência, serão executadas pela Associação por conta dos beneficiários causadores, diretos ou indiretos, desses prejuízos, independentemente das multas e indemnizações a terceiros que lhes sejam aplicadas, bem como da responsabilidade criminal que houver.

Artigo 41.º

1 – Nenhum beneficiário, sem prejuízo do que a lei determinar quanto a certas espécies, poderá efetuar plantações de árvores a menos de cinco metros dos elementos das infraestruturas de rega e enxugo/drenagem.

2 – A distância referida do número anterior poderá ser aumentada pela Associação, sempre que circunstâncias especiais o exijam, mediante despacho de concordância do Diretor-Geral da DGADR.

SECÇÃO II

Uso das águas

Artigo 42.º

Somente à Direção compete dirigir a distribuição da água, qualquer que seja o sistema de rega adotado, devendo este serviço ser executado por pessoal especializado.

Artigo 43.º

1 – Nenhum beneficiário poderá usar a água para fins diferentes dos estabelecidos no respetivo plano de distribuição, salvo casos excecionais mediante prévio acordo da Direção.

2 – Somente no caso de incêndio é permitido a qualquer associado ou estranho à Associação utilizar a água pela forma e na quantidade necessária à extinção do incêndio.

Artigo 44.º

Nenhum beneficiário poderá, sem expressa autorização da Direção, permutar a sua vez de rega ou ceder a outro, na totalidade ou em parte, a água que lhe compete.

Artigo 45.º

1 – Todo o beneficiário é obrigado a dar passagem pelos seus prédios às águas de rega, condutas e valas em conformidade com o plano de distribuição e quando for julgado necessário pela Associação e, ainda ao pessoal encarregado da exploração e conservação e respetivo material, devendo os prejuízos daí comprovadamente resultantes ser indemnizados pela Associação.

2 – Podem ser permitidos pela Direção os represamentos da água que competem a cada beneficiário, dentro das suas propriedades, desde que deles não resulte dano para a obra e se pratiquem em condições de segurança e sem prejuízos de terceiros.

3 – Os prejuízos a terceiros ou à própria obra serão motivo de indemnização a suportar pelos responsáveis, e considerar-se-á nula a permissão do represamento no caso de se repetirem os prejuízos.

Artigo 46.º

Quando as circunstâncias o imponham e com o fim de garantir a melhor utilização da água disponível poderá a Direção alterar os horários de rega.

SECÇÃO III

Transgressões, indemnizações e penalidades

Artigo 47.º

Comete transgressão punível pela forma adiante indicada o beneficiário que:

1 – Não querendo regar as suas terras no horário que lhe estiver destinado não informe atempadamente os funcionários da Associação ou a Direção.

2 – Por qualquer processo procure desviar para as suas terras a água que lhe não caiba.

3 – Procure servir-se da água fora do local em que a deve tomar ou fora do plano de distribuição aprovado.

4 – Por qualquer meio receba água por mais tempo do que lhe for estabelecido.

Carimbo
[Assinatura]
2016

- 5 – Em qualquer ocasião tome água das condutas ou hidrantes por meios diferentes dos estabelecidos no regulamento da obra, nos horários de rega ou pela Direção.
- 6 – Sem autorização da Direção permute com outro a sua vez de rega ou ceda total ou parcialmente a água que lhe compete.
- 7 – Utilize a água que lhe é distribuída para outro fim diferente do estabelecido no plano de aproveitamento da obra.
- 8 – Utilize a água dos canais e distribuidores para lavagem de roupa ou neles estabeleça apetrechos de pesca.
- 9 – Obstrua por qualquer modo valas, canais, regadeiras, condutas, caixas de rega ou hidrantes, ou introduza neles qualquer dispositivo que tal favoreça, ainda que daí não resulte prejuízo para terceiros.
- 10 – Deixe pastar animais nas banquetas ou cômodos dos canais, valas, coletores, etc, ou deixe abeberar ou banhar os seus animais dentro dos canais ou valas.
- 11 – Destrua ou danifique as obras, nomeadamente as margens, taludes ou leitos das valas e ainda as condutas, caixas de rega ou hidrantes, ou quaisquer outras obras de arte existentes no aproveitamento hidroagrícola.
- 12 – Proceda à alteração da pressão e/ou caudal dos hidrantes que lhe foram atribuídos.
- 13 – Efetue qualquer obra nova ou plantação de arvoredos sem atender ao que nestes estatutos está preceituado.
- 14 – Não obedeça, sem motivo justificado, às intimações do Júri Avindor.
- 15 – Infrinja as proibições constantes do n.º1 do artigo 43.º destes estatutos.

Artigo 48.º

- 1 – Nos processos por transgressão decorrentes do disposto no artigo anterior, o Júri Avindor fixará o valor das indemnizações a pagar pelos transgressores, quando houver prejuízos.
- 2 – À transgressão poderá ser aplicada uma multa de montante compreendido entre metade do valor das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas médias do ano antecedente e cinco vezes esse valor, exceto para os casos previstos nos números onze a catorze do artigo anterior, em que o montante da multa oscilará entre o valor da taxa de exploração e conservação média do ano anterior e dez vezes esse valor. Em caso de reincidência as multas serão elevadas ao dobro.
- 3 – Quando haja prejuízos, a multa poderá ascender ao montante destes.

Artigo 49.º

As multas aplicadas em virtude de transgressões que digam respeito ao uso das águas serão também elevadas ao dobro, quando as mesmas sejam cometidas em época em que haja escassez de água.

As disposições constantes desta secção são extensivas aos utentes a título precário, em tudo o que se lhes aplicar.

CAPITULO V

Receitas e despesas

Artigo 51.º

Constituem receitas da Associação:

- 1 – O produto das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas, depois de deduzidas:
 - a) – a percentagem que for fixada para a DGADR, de acordo com o n.º 8 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 86/2002 de 6 de abril;
 - b) – o montante devido em relação à parte da obra que, nos termos do regulamento da obra, não seja explorada e conservada pela Associação.
- 2 – O produto das quotas dos sócios a fixar na Assembleia Geral, sob proposta da Direção.
- 3 – A importância das multas e indemnizações arbitradas em benefício da Associação, nos termos legais.
- 4 – O produto do fornecimento de água sobranter.
- 5 – Quaisquer donativos ou legados.
- 6 – As importâncias cobradas por serviços prestados pela Associação.
- 7 – Quaisquer outros rendimentos ou subsídios que lhe sejam atribuídos.
- 8 – O produto de quaisquer empréstimos contraídos pela Associação, ao abrigo das disposições legais em vigor.

Artigo 52.º

- 1 – As importâncias das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e não agrícolas e das quotas dos associados serão cobradas anualmente, por uma só vez ou em prestações, conforme deliberação da Assembleia Geral.
- 2 – O lançamento das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e da taxa de exploração e conservação para atividades não agrícolas efetuar-se-á conforme as disposições em vigor, até trinta de novembro de cada ano.
- 3 – No título de cobrança mencionar-se-ão em separado as importâncias das taxas de exploração e de conservação para atividades agrícolas e de taxa de exploração e conservação para atividades não agrícolas e da quota de associado.

com a maior
22/16

4 – Os proprietários, usufrutuários e seus rendeiros ou comodatários respondem solidariamente pelo pagamento das taxas.

Artigo 53.º

1 – Para efeitos de reclamação, a liquidação das taxas deverá ser precedida da afixação dos respetivos mapas, sem prejuízo da comunicação do seu montante a todos os beneficiários, até à data que for determinada no regulamento da obra.

2 – As reclamações serão dirigidas à Direção da Associação, no prazo de quinze dias a contar da afixação dos mapas, devendo serem todas resolvidas nos noventa dias seguintes.

3 – Das deliberações que desatendam as reclamações, haverá recurso, nos termos gerais de direito.

4 – As reclamações e recursos sobre a liquidação das taxas não terão efeito suspensivo, sendo obtido provimento, far-se-á, no primeiro pagamento posterior à decisão final que vier a ser tomada, a dedução correspondente ao que tiver sido cobrado em excesso.

5 – No caso de não provimento, haverá lugar ao pagamento da importância das despesas a que a reclamação e o recurso tiverem dado causa.

6 – Na falta de pagamento voluntário das taxas de exploração e conservação para atividades agrícolas e da taxa de exploração e conservação para atividades não agrícolas no prazo de trinta dias, contado do termo do prazo para reclamações, serão cobradas coercivamente pelos tribunais de execuções fiscais, revertendo ainda a favor da Associação de Beneficiários cinquenta por cento dos juros de mora devidos.

7 – O encargo do pagamento das taxas de exploração e de conservação para atividades agrícolas e da taxa de exploração e conservação para atividades não agrícolas constitui ónus sujeito a registo, nos termos e para os efeitos previstos no Código do Registo Predial.

Artigo 54.º

1 – A cobrança coerciva das taxas e bem assim das multas, indemnizações e outras dívidas à Associação, nos termos destes estatutos, efetuar-se-á pelo processo de execuções fiscais, nos Serviços de Finanças dos concelhos de Alcobaça e Nazaré e far-se-á nos trinta dias seguintes à falta de pagamento voluntário.

2 – Quando se trate de áreas nacionalizadas, o organismo estatal com competências para o efeito providenciará no sentido de reembolsar a Associação de Beneficiários da importância correspondente às taxas em dívida.

Artigo 55.º

A execução terá por base certidão, extraída pela Direção, do título de cobrança ou documento onde conste a dívida ou ainda da decisão que tiver condenado o beneficiário ao pagamento da multa e indemnização. A certidão será, para o efeito, enviada ao serviço de finanças competente.

Artigo 56.º

As receitas serão depositadas em qualquer instituição de crédito em conta aberta pela Associação de Beneficiários.

Artigo 57.º

No orçamento das receitas e despesas não podem ser previstas as despesas correntes sem que se assegure a sua cobertura pelo produto das taxas de exploração e conservação, salvo na medida em que, à data da aprovação do orçamento, se encontrem assegurados subsídios, acordos e prestações de serviços no período em que se destina a vigorar e expressamente destinados a cobrir despesas daquela natureza.

Artigo 58.º

A Associação de Beneficiários terá contabilidade que se regerá pelo Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo, devendo constar do respetivo regulamento as normas de contabilidade aplicáveis.

Artigo 59.º

A gestão da Associação de Beneficiários será efetuada através de planos plurianuais de atividades, plano de atividades anual e do orçamento anual, que serão submetidos à aprovação da DGADR até 15 de novembro de cada ano.

Artigo 60.º

As importâncias que, de acordo com o estabelecido no regulamento da obra, constituem o fundo de reabilitação e reserva, destinam-se ao pagamento das despesas provenientes de:

- a) – Renovação de equipamento e reabilitação de infraestruturas;
- b) – Decisões do Júri Avindor pronunciadas contra a Associação;
- c) – Prejuízos de quaisquer operações pela mesma realizada;
- d) – Custeio de pleitos judiciais em que intervenha a Associação;
- e) – Execução das obras complementares a que se refere o número quatro do artigo 6º destes estatutos.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Artigo 61.º

Aos trabalhadores da Associação de Beneficiários é aplicável o regime geral do Código do Trabalho em vigor.

Artigo 62.º

Os fiscais ou supervisores da Associação de Beneficiários encarregados da vigilância das infraestruturas e da distribuição das águas, poderão ser ajuramentados perante o Juiz da comarca, de acordo com o local onde exercem funções ou do local a que pertencer a sede de Associação.

Artigo 63.º

1 – Os livros de atas das sessões da Assembleia Geral, Direção e Júri Avindor, terão as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelos respetivos presidentes, bem como os termos de abertura e encerramento por eles assinados.

2 – A ata constitui a única prova das deliberações tomadas.

Artigo 64.º

A Associação goza de todas as regalias conferidas pela legislação em vigor às cooperativas agrícolas em especial e às cooperativas em geral.

Artigo 65.º

O ano social da Associação corresponde ao ano civil, exceto durante o primeiro exercício que compreenderá o tempo decorrido entre a data da constituição da Associação e trinta e um de dezembro do ano seguinte.

Artigo 66.º

Os órgãos da Associação podem ser substituídos por uma comissão administrativa, por determinação do titular do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, sob proposta da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, quando se verificarem deficiências graves na sua atuação.

Artigo 67.º

Para efeitos destes estatutos serão aplicáveis as definições de prédio rústico e empresa agrícola contidas na legislação em vigor.

Artigo 68.º

Durante o presente exercício, os lugares da Direção serão desempenhados por:

Efetivos

Presidente – Carlos José da Silva Pereira Malhó

Vice-Presidente – Arménio de Sousa Antunes

1º Vogal – Daniel Fernandes Nicolau Soares

2º Vogal – Orlando Daniel Pereira Crisóstomo

3º Vogal – Marco António Batista Ferreira

Suplentes

- 1º Vogal – Vitor Leonel de Almeida Eusébio
2º Vogal – Luis Silvestre Ferreira
3º Vogal – José Rei Filipe Ramalho
4º Vogal – Narciso Dionísio Alexandre
5º Vogal – Rui Rodrigues Miguel

258

A mesa da Assembleia Geral será, durante o presente exercício, constituída por:

- Presidente - Paulo Jorge Carvalho Mateus
Vice-Presidente – Luis Manuel do Rosário Delgado
1.º Secretário – Carlos Miguel de Jesus Ferreira
2.º Secretário – António José Feliciano Cascalho

Os lugares de jurados do Júri Avindor, serão no mesmo período, desempenhados por:

- Presidente – Ilídio Magalhães - indicado pela DRAPLVT
Filipa Alexandra Soares Gomes, eleito em Assembleia Geral
Élia de Sousa Pimenta, indicado pela associação ou associações de agricultores da zona do aproveitamento

Artigo 69.º

Em tudo o que for omissso nestes estatutos regulam as disposições do Decreto-Lei n.º 269/82 de 10 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 86/2002 de 6 de abril, Decreto Regulamentar n.º 84/82 de 4 de novembro e a legislação vigente sobre cooperativas agrícolas.



- Carlos Miguel de Jesus Ferreira

- António de Sousa Antunes

O Notário 



DOC. N.º 218 FLS. 412
LIVRO 93A FLS. 126
EM 23/12/16

264

Certificado de admissibilidade de firma ou denominação para alteração de entidade já constituída

Código de Certificado de
Admissibilidade: 0277-3043-1883
Número do Certificado de
Admissibilidade: 2016074600
Com o NIPC: 501181024

Certificado requerido por:

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIARIOS DA CELA
NIPC:

Firma ou denominação aprovada para os elementos abaixo indicados:

Firma: ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIARIOS DA CELA

Sede: Concelho de Nazaré, distrito de Leiria

Natureza Jurídica: Pessoa Coletiva de Direito Público

Objeto Social:

A associação tem por objecto a gestão e conservação do aproveitamento hidroagrícola da Cella, formação profissional e prestação de serviços.

O controlo da legalidade do objeto social não compete ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas - artigo 32º, nº 3 do Decreto-Lei nº 129/98, de 13/5

CAE Principal: 94995

CAEs Secundários:

Aprovado por: Maria Eduarda Raposo Caetano, Ajudante

Emitido em: 15-12-2016 16:18:03 UTC

Válido até: 15-03-2017 (Inclusive)

No prazo de validade indicado deve ser efetuado o correspondente ato de registo comercial ou a inscrição no FCPC a que haja lugar.

Utilização do certificado: Por utilizar

Sair

ATAS

ATA Nº 157

No dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu na casa da administração situada na Bombagem -Nazaré, a Assembleia Geral da Associação de Beneficiários da Cella, tendo constituído a mesa o presidente Paulo Jorge Carvalho Mateus, o vice-presidente Luís Manuel do Rosário Delgado, o primeiro secretário Carlos Miguel de Jesus Ferreira e o segundo secretário António José Feliciano Cascalho. Estiveram ainda presentes o Presidente da Direção Carlos José da Silva Pereira Malhó, o Vice-presidente Arménio de Sousa Antunes e o terceiro vogal efetivo Marco António Batista Ferreira. Marcaram também presença a secretária da direção Cláudia Delgado e dois associados desta Associação. -----

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Alteração dos Estatutos, apreciação e votação. -----

Ponto dois: Outros assuntos de interesse para a Associação e seus associados. -----

O presidente da Assembleia abriu a sessão agradecendo a todos a presença. Solicitou ao vice-presidente que efetuasse a leitura da Ata da Assembleia Geral do passado dia oito de novembro de dois mil e dezasseis, que sendo posta à votação pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se de imediato ao ponto um da ordem de trabalhos: Alteração dos Estatutos, apreciação e votação. A secretária da direção passou a ler os novos Estatutos que após esta leitura o presidente da mesa questionou se havia comentários e não havendo colocou à votação, que foi aprovado por unanimidade, passando a ser estes os Estatutos que constam do documento em anexo a esta ata. Ficou deliberado que os representantes da Associação de Beneficiários da Cella perante o notário na realização da escritura de alteração aos Estatutos serão o Presidente da Direção, Carlos José da Silva Pereira Malhó e o Vice-presidente da Direção Arménio de Sousa Antunes.-----

Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos: Outros assuntos de interesse para a Associação e seus associados. O associado António Cascalho mostrou o seu descontentamento relativamente à qualidade da água que tem para rega nas suas propriedades, devendo-se ao facto de a obra do novo regadio ainda não estar em curso. O presidente da direção respondeu que dentro do possível tem feito de tudo para que os beneficiários do perímetro hidroagrícola tenham os melhores serviços pois a obra já é antiga e está um pouco danificada. Quanto à obra do novo regadio tem pressionado as entidades a quem de direito. -----

Aprovado o ponto um da Ata em minuta por unanimidade dos elementos presentes na Assembleia. -----


Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão ordinária da assembleia geral da Associação de Beneficiários da Cella pelas vinte e duas horas, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas.-----

ATAS

Folha 6

218

Tendo sido lida a ata da presente reunião, foi unanimemente aprovada e assinada pelos membros da mesa.-----


Manuel do Rosário Delgado
Carlos Miguel de Jesus Ferreira
António José Feliciano Cascaes